REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Rio Branco-Acre, 20 de março de 2023.

Juliana de Angelis Carvalho Drachenberg
Corregedora-Adjunta de Polícia Civil

ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
GABINETE DO DELEGADO GERAL

PORTARIA PCAC Nº 294, DE 20 DE MARÇO DE 2023

José Henrique Maciel Ferreira, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 8º, incisos I, III e IV; e da LOPC, etc.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SEAD nº08, de 17 de Fevereiro de 2023, que regulamenta a Política de Acesso aos serviços e Sistemas Corporativos gerenciados pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD;

CONSIDERANDO o OFÍCIO-CIRCULAR Nº 30/2023/SEAD (Evento SEI nº 6176791);

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nº 0216.013096.00013/2023-41 e 0006.016493.00015/2023-94;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para realizar as solicitações de inclusão, alteração, substituição e supressão de acesso aos Serviços e Sistemas Corporativos gerenciados pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD:

Nome	Matrícula	E-mail institucional	Setor
Marcelo de Almeida Lima	9188649-5	marcelo.almeida@ac.gov.br	Divisão de Tecnologia e Modernização - DITEM/PCAC
Anderson de Lima Shockness	9564438-1	andersonl.shockness@ac.gov.br	Divisão de Tecnologia e Modernização - DITEM/PCAC

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra--se

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado Geral da Polícia Civil

ÓRGÃOS MILITARES

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA PMAC Nº 366, DE 17 DE MARÇO DE 2023

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

A DIRETORA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO DA PMAC, no uso das suas atribuições legais, com base na Portaria nº 069/GC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância ao disposto nos arts. 58, III e 67 da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO Nº 031/2023, celebrado entre a POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PMAC e a empresa PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA, oriundo do Pregão Eletrônico para Registro de preços SRP nº 476/2022 (Processo SEI nº 0044.009709.00025/2022-81) e demais documentos correlatos, cujo objeto é a aquisição de ração canino adulto e ração canino filhote para a Companhia de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Acre.

I - Gestor Titular: Orimacélio da Costa Martins - ST PM -

Matrícula: 9083073-1;

II - Gestor Substituto: Radamés Lopes da Silva - 1º SGT PM -

Matrícula: 9082140-1;

III - Fiscal Titular: Robson Silva Da Matta - 3º SGT PM -

Matrícula: 9264507-2;

IV - Fiscal Substituto: Francisco Reissileno Rock Pereira - ST PM -

Matrícula: 9020837-1.

Art. 2º Os Gestores e Fiscais deverão observar e cumprir a Cláusula 11ª - Do Acompanhamento e da Fiscalização - do Contrato Nº 031/2023 na sua totalidade.

Art. 3º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do contrato, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências dos Gestores e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou impedimento legal com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Os Gestores e Fiscais que não observarem as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderão pelos danos que causar.

Art. 4º No exercício das funções cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº016, de 31/03/2014, disponível no endereço eletrônico <http://cge.ac.gov.br/cont/index-.php/manuais/category/22--manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contra-tos-administrativos>

Art. 5º Os Gestores e Fiscais de contrato devem informar aos contratados sobre as alterações trazidas pelo Decreto Nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 - Diário Oficial do Estado do Acre Nº 13.355, tendo por base o artigo 157, inciso I e o artigo 158, inciso I, ambos da Constituição Federal de 1988, e solicitar que o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF conste no documento fiscal, caso contrário, deverá ser devolvido para retificação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de março de 2023.

Registre, Publique e Cumpra-se.

Rio Branco - Acre, 17 de março de 2023

Ellen Pontes Silva de Freitas - TC QOMEC PM
Diretora de Logística e Patrimônio/PMAC
Portaria 69/CG/2021

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA MILITAR
GABINETE DO COMANDO

INSTRUÇÃO NORMATIVA PMAC Nº 02, DE 15 DE MARÇO DE 2023

“Regulamenta a concessão da jornada especial de trabalho ao policial militar estadual que seja mãe ou pai, tutora ou tutor, curadora ou curador, que possua sob sua guarda pessoa com deficiência ou dependência e dá outras providências”

O CEL LUCIANO DIAS FONSECA, Comandante Geral da PMAC no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 42-P de 02 de janeiro de 2023, c/c o art. 5º e 6º da Lei nº 2001, de 31 de março de 2008; Considerando a necessidade de regulamentar e padronizar a tramitação dos requerimentos de concessão de jornada especial de trabalho; Considerando o processo SEI 0044.001183.00048/2020-80, com parecer da Procuradoria Geral do Estado que opina pela extensão da redução da jornada de trabalho prevista na Lei 3.351 de 18 de dezembro de 2017 aos militares estaduais, sugerindo-se a edição de ato infraconstitucional tratando sobre a matéria, observando-se as particularidades e peculiaridades do serviço policial militar;

E, a fim de garantir a atenção especial e proteção à pessoa com deficiência que esteja legalmente sob cuidado dos policiais militares,
RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a concessão da jornada especial de trabalho ao policial militar estadual que seja mãe ou pai, tutora ou tutor, curadora ou curador, que possua sob sua guarda pessoa com deficiência ou dependência, sem prejuízo da integral remuneração do cargo.

CAPÍTULO I

DO DIREITO À REDUÇÃO

Art. 2º O Policial militar que se enquadrar no Artigo 1º poderá requerer ao Comandante Geral da PMAC jornada especial de trabalho de 20 horas semanais, nos termos da presente Instrução Normativa.

§ 1º - A concessão da jornada especial não impedirá o emprego do beneficiário em escalas especiais e extraordinárias, com carga horária idêntica aos demais militares, sempre que possível evitando o serviço fora de seu domicílio.

Art. 3º - A jornada especial não será concedida ao militar que se encontrar em estágio probatório e ainda durante os cursos de formação, aperfeiçoamento, habilitação e especialização.

Art. 4º Para os efeitos desta Instrução Normativa, consideram-se os seguintes conceitos:

- a) escalas ordinárias são aquelas cujo emprego é ou será rotineiro e frequente, em obediência a um planejamento da OPM, que contém as escalas de prioridade;
- b) escalas especiais são aquelas cujo emprego é temporário, em eventos previsíveis que exijam esforço específico, citem-se: carnaval, Expoacre, desfile de "07 de setembro", operação papai Noel, entre outros que exigem emprego do efetivo geral;
- c) escalas extraordinárias são aquelas cujo emprego é eventual e temporário, em face de acontecimento imprevisto ou excepcional que exija manutenção e/ou remanejamento de recursos, como greves, rebeliões em presídio, desocupações, enchentes entre outros;
- d) jornada é o espaço de tempo em que o militar está efetivamente empenhado em serviço;
- h) folga é o espaço de tempo entre jornadas destinado ao descanso;

CAPÍTULO II

DO PEDIDO

Art. 5º O pedido de redução de jornada de trabalho deverá ser formulado pelo interessado ao Comandante Geral da PMAC, via comandante imediato, conforme modelo contido no anexo I, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Cópia da identidade funcional;
- II - Cópia do registro civil ou documento de identificação da pessoa com deficiência, ou termo de adoção, tutela, curatela ou instrumento judicial análogo, nos termos em que o dependente não seja filho consanguíneo;
- III - Cópia do termo de guarda ou instrumento judicial análogo, nos casos de divórcio ou filho extraconjugal;
- IV - Laudo médico original, comprovando a deficiência e a necessidade de acompanhamento especial e permanente, com diagnóstico da patologia e o código internacional da doença;
- V - Laudo multiprofissional ou declaração que acompanha o dependente, em caso de acompanhamento, tais como de: fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo, entre outros;

CAPÍTULO III

DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 6º Recebido o requerimento o comandante da OPM encaminhará o processo à Diretoria de Recursos Humanos para fins de instrução e encaminhamento à Diretoria de Saúde para inspeção do paciente pela Junta Militar de Saúde e visita domiciliar pelo serviço de assistência social da Policlínica;

§1º Nos exames periciais, os membros da junta poderão requerer exames complementares, parecer de médico especialista ou de profissionais de equipe multiprofissional com o objetivo de subsidiar a decisão final conforme o caso em questão;

§2º Havendo comprovada impossibilidade de deslocamento do incapaz, a Diretoria de Saúde poderá providenciar o deslocamento ao local de convalescência para a realização dos exames periciais ou fornecer o serviço da ambulância para deslocamento até à unidade de saúde militar;

§ 3º Comprovada a deficiência pela junta militar de saúde, esta elaborará laudo de inspeção de saúde, no qual constará se a deficiência é per-

manente ou provisória e encaminhará o processo à Seção Biopsicossocial para visita domiciliar realizada por assistente social devidamente designado para o caso que deverá informar em seu relatório:

- I. Identificação do Paciente/assistido;
- II. Identificação dos responsáveis e demais pessoas capazes que residem na companhia do paciente/assistido;
- III. Condições encontradas durante a visita;
- IV. Informações sobre intervenções, terapias, horários e rotinas do paciente e quem o acompanha em suas atividades;
- V. Informações sobre rotinas laborais das pessoas envolvidas nos cuidados com o paciente/assistido.

§4º - Após a juntada do laudo de inspeção de saúde e do relatório social, o diretor de saúde encaminhará o processo à Diretoria de Recursos Humanos para fins de acionar a comissão de avaliação.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO

Art. 7º Será instituída comissão composta por representantes da Diretoria de Saúde, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria Operacional para avaliação dos pedidos de concessões de redução de carga horária a fim de assessorar o Comandante Geral.

§1º A fim de subsidiar o parecer da comissão, esta poderá acionar a Assessoria de Inteligência para produção de conhecimento, bem como solicitar relatórios complementares do Serviço Social da Policlínica ou ainda requerer nova inspeção de saúde, a fim de esclarecer dúvidas ou consolidar seu entendimento.

CAPÍTULO V

DA SOLUÇÃO

Art. 8º - A concessão da jornada especial de trabalho será feita por portaria assinada pelo Comandante Geral da PMAC e publicada em Boletim Geral da PMAC.

§ 1º A concessão prevista no caput deverá ser renovada a cada 02 (dois) anos, em casos de deficiência permanente e 06 (seis) meses em casos de deficiência provisória, sendo revogada de ofício na hipótese de perda do seu objeto.

CAPÍTULO VI

DAS ESCALAS DE SERVIÇO

Art. 9º Feita a concessão, caberá ao Comandante da unidade escalar o policial militar de acordo com a seguinte indicação:

01 (um) serviço de 12h e 01 (um) serviço de 08h, em escalas operacionais, observando a folga mínima do policial militar e o máximo de 01 (um) serviço noturno semanal;
04h diárias, em caso de serviço administrativo e/ou conforme a necessidade do setor;

Em casos excepcionais, comandante e comandado poderão acordar a escala que melhor se adequa à necessidade do serviço;

Nos casos de escalas especiais e/ou extraordinárias conforme a necessidade de cada OPM.

Parágrafo único: a concessão de jornada especial não impede o militar beneficiário de concorrer ao SERVIÇO EXTRA REMUNERADO.

Art. 10 - É dever do Militar requerer ao Comandante Geral da PMAC, por meio da OPM em que estiver servindo, a revogação da concessão de jornada especial sempre que cessarem os motivos que ensejaram a sua concessão.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Eventuais suspeitas de fraudes ou abuso de direito deverão ser imediatamente encaminhados à Corregedoria para apuração e providências administrativas e criminais cabíveis.

Art. 12 - Na hipótese de matrimônio ou união estável entre policiais militares, ou entre policial militar e servidor público, a quem também seja franqueado tal benefício, os efeitos serão extensivos apenas a um dos cônjuges ou companheiros.

Parágrafo único. O direito ao benefício será concedido a ambos nos casos em que 2 (duas) ou mais pessoas com deficiência se encontrem sob sua responsabilidade ou que se comprove a necessidade no processo de averiguação.

Art. 13 - As concessões anteriores a esta Instrução Normativa serão revistas automaticamente no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 14 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Comandante Geral, após pronunciamento da Comissão.

Luciano Dias Fonseca - CEL PM
Comandante Geral da PMAC

REQUERIMENTO Nº 2/2023/PMAC - DIRRH

ANEXO I - MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da PMAC, (Nome do requerente) - (posto ou graduação) PM RG (número do RG), lotado atualmente na (unidade onde o requerente se encontra lotado), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer concessão de jornada especial de trabalho nos termos da Instrução Normativa PMAC Nº 2, de 15 de março de 2023, por ser [pai ou mãe, tutor (a) ou curador(a) e ter

sob sua guarda pessoa com deficiência, conforme documentos em anexo. (anexar ao requerimento os documentos relacionados no Art. 5º da Instrução Normativa PMAC Nº 2, de 15 de março de 2023)

Nestes termos.

Pede deferimento.

(Nome do requerente) – (Posto ou graduação) PM

Requerente

(Proc. SEI nº 0044.007463.00007/2023-30)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2023/PMAC
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023
PROCESSO SEI nº 0044.005689.00064/2022-31
I – DO ÓRGÃO GERENCIADOR: POLÍCIA MILITAR DO ACRE – PMAC.

II – DOS FORNECEDORES REGISTRADOS:

a) PAPELARIA MUNDO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 14.869.791/0001-03, estabelecida à Rua Coronel José Galdino, nº 569 - Bosque - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Ursus Lujan Fernandez, peruano, documento de identidade V710102-M DIREX-DPF/AC e do CPF nº 542.393.462-15, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 03, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 52, 53, 56 e 57.

b) T.C. OLIVEIRA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 33.297.274/0001043, estabelecida à Rua Macapá, nº 258 - Nova Estação - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Thiago Cavalcante Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 418815 SSP/AC e do CPF nº 001.267.592-00, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o item 59.

c) POLICOMP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 00.355.053/0001-25, estabelecida à Avenida Epaminondas Jácome, nº 3218, sala 2 - Base - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor José Milton Cherri, portador da Carteira de Identidade nº 6085227 SSP/SP e do CPF nº 587.160.508-78, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 06, 07, 40, 41 e 47.

d) NOVA VIDA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 14.359.681/0001-93, estabelecida à Rua Gavião, nº 1857, Q.10, C.26 - Conjunto Adalberto Sena - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Francisco Antônio Inácio Morais, portador da Carteira de Identidade nº 0190488 SSP/AC e do CPF nº 322.496.162-72, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 09, 12, 19, 24, 25, 32 e 36.

e) E.C.O. MOURA – ME, inscrita no CNPJ nº 28.572.074/0001-11, estabelecida à Rua Almirante Jaceguais, nº 119 - Isaura Parente - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Emerson Cley de Oliveira Moura, portador da Carteira de Identidade nº 214579 SSP/AC e do CPF nº 433.741.072-49, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o item 01.

f) CALURINO FERRAZ MIRANDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 14.413.439/0001-50, estabelecida à Avenida Ceará, nº 2657 - Dom Giocondo - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Calurino Ferraz Miranda, portador da Carteira de Identidade nº 110249 SSP/AC e do CPF nº 216.157.722-00, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 04, 13, 14, 27 e 29.

g) J.S. CORDEIRO – EPP, inscrita no CNPJ nº 18.255.882/0001-00, estabelecida à Avenida Nações Unidas, nº 3109 - Estação Experimental - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Jordney de Souza Cordeiro, portador da Carteira de Identidade nº 186230 SSP/AC e do CPF nº 339.369.512-68, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 02, 08, 31, 39, 46, 49 e 55.

h) A.A. RODRIGUES LIMITADA - ME, inscrita no CNPJ nº 44.474.199/0001-65, estabelecida à Rua 16 de Outubro, nº 587 - Quinze - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Alisson de Andrade Rodrigues, portador da Carteira de Identidade nº 10628436 e do CPF nº 013.887.392-59, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o item 54.

III – DO OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente, visando atender às necessidades administrativas e operacionais da Polícia Militar do Acre - PMAC.

IV – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos Estaduais nº 5.972/2010, nº 5.967/2010, nº 5.965/2010 e nº 7.477/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e as demais normas legais correlatas.

V – DA MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços.

VI – DA VALIDADE DA ATA: A validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

VII – LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Rio Branco - Acre, 13 de março de 2023.

VIII – ASSINAM: O senhor Luciano Dias Fonseca - CEL QOMEC PM pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; e pelos FORNECEDORES REGISTRADOS o Senhor Ursus Lujan Fernandez pela PAPELARIA MUNDO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – ME, o Senhor Thiago Cavalcante Oliveira pela T.C. OLIVEIRA EIRELI – ME, o Senhor José Milton Cherri pela POLICOMP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, o Senhor Francisco Antônio Inácio Morais pela NOVA VIDA EIRELI – EPP, o Senhor Emerson Cley de Oliveira Moura pela E.C.O. MOURA – ME, o Senhor Calurino Ferraz Miranda pela CALURINO FERRAZ MIRANDA – EPP, o Senhor Jordney de Souza Cordeiro pela J.S. CORDEIRO – EPP e o Senhor Alisson de Andrade Rodrigues pela A.A. RODRIGUES LIMITADA – ME.

ENCARTE I

RELAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES) E PREÇOS REGISTRADOS:

a) PAPELARIA MUNDO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 14.869.791/0001-03, estabelecida à Rua Coronel José Galdino, nº 569 - Bosque - Rio Branco/Acre, doravante denominada FORNECEDOR(A) (CONTRATADA), neste ato representada pelo Senhor Ursus Lujan Fernandez, peruano, documento de identidade V710102-M DIREX-DPF/AC e do CPF nº 542.393.462-15, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para os itens 03, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 52, 53, 56 e 57. Valor total registrado de R\$ 66.335,90 (sessenta e seis mil trezentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

ITEM	MATERIAL/DISCRIMINAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT. MÍNIMA PARA CONSUMO	QUANT. PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	Grampeador para papel em metal, Médio, capacidade para 20 folhas, para grampos 26/6, med: 12,7x4,9x3,2 cm	Unid.	BRW	20	200	R\$ 11,80	R\$ 2.360,00
11	Pasta em papelão, sem elástico, tamanho officio, com grampo em plástico, cores variadas	Unid.	I.C.L. PASTAS	50	500	R\$ 1,80	R\$ 900,00
15	Almofada para carimbo, de feltro, em estojo plástico, com entitamento, tinta na cor azul, tamanho nº 3, medindo 8,0 x 11,5cm	Unid.	MASTER PRINT	10	100	R\$ 6,20	R\$ 620,00
16	Almofada para carimbo, de feltro, em estojo plástico, com entitamento, tinta na cor preta, tamanho nº 3, medindo 8,0 x 11,5cm	Unid.	MASTER PRINT	10	100	R\$ 6,20	R\$ 620,00
17	Barbante nº 08, 100% algodão, rolo com 300m, cor cru	Unid.	SOBERANO	10	100	R\$ 14,50	R\$ 1.450,00
18	Barbante nº 08, em Nylon, rolo com 300m	Unid.	SOBERANO	20	200	R\$ 14,50	R\$ 2.900,00
20	Régua em poliestireno 50 cm, cristal	Unid.	WALEU	25	250	R\$ 2,80	R\$ 700,00